

A INCLUSÃO DE ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR

Wlisses Cavalcante Santos¹

RESUMO

Trabalhar com a educação inclusiva requer diligência e aptidão pelo público alvo da educação especial, esse anseio vem acompanhado de toda uma dedicatória pela área inclusiva, dando-se ao desenvolvimento da capacitação complementar para atuação em sala de aula, a assistência deverá ser promovida em toda conjuntura ao aluno PAEE, atendendo todas as adequações associadas a sua deficiência, a aprendizagem será acessível de forma flexível e clara. A vinculação da família e da escola e promovida como avanço no desenvolvimento do aluno PAEE, juntas podem ocasionar um melhor aprendizado e garantir uma desenvoltura ao próprio aluno, a Declaração de Salamanca e a Política nacional de educação inclusiva está encarregada pela eficiência dessas normas.

PALAVRAS-CHAVE

Educação inclusiva; Ensino Regular; Direitos.

ABSTRACT

Working with inclusive education requires diligence and aptitude for the target audience of special education, this longing is accompanied by an entire dedication for the inclusive area, giving to the development of complementary training to act in the classroom, assistance should be promoted throughout the PAEE student, taking into account all the adaptations associated with their disability, the learning will be accessible in a flexible and clear way. The bonding of the family and the school and promoted as an advance in the development of the PAEE student, together can cause a better learning and guarantee a resourcefulness to the own student, the Declaration of Salamanca.

KEYWORDS

Inclusive education; Regular education; Rights.

INTRODUÇÃO

A problemática direcionada como norteadora para o desenvolvimento da atividade na trajetória hipotética de aprendizagem, é uma maneira de agilizar formas, e recursos no reforço do ensino educacional. Nesta situação; “A inclusão com transtorno do espectro do autismo no ensino regular”. Como já descrito, a intenção principal é a inclusão de alunos público alvo da educação especial no ensino regular, priorizando seus direitos e perspectivas de educação inclusiva no ensino regular, e a adaptação das escolas e dos docentes para receber a

¹ Acadêmico de licenciatura em História pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) - Campus São Luís de Montes Belos. Endereço eletrônico: wlisses_cavalcante@outlook.com

diversidade de alunos público alvo do ensino especial, levando a sério a Política nacional de educação inclusiva.

A grande referência neste tema está na Declaração de Salamanca (1994) que defende o direito à escolarização desses alunos, no ensino regular, passando por divergentes transformações e fases no percorrer da história, visando à inclusão social, e afirmando o direito do ensino regular para todos, assegurado para os alunos PAEE o apoio interdisciplinar para facilitar sua aprendizagem afetiva.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UNIDOS PELAS DIFERENÇAS.

No que se refere à organização e às práticas que contribuem para o desenvolvimento da cultura inclusiva, podemos destacar suas peculiaridades em relação a cada aluno com sua deficiência, para sermos específicos, podemos destacar o transtorno do espectro do autismo, também conhecido como transtorno do desenvolvimento que prejudica a capacidade de se comunicar e interagir com as demais pessoas, de acordo com quadro clínico podendo ser classificado de várias formas, a escola que recebera esse aluno deverá ter conhecimento em primeira instância sobre o transtorno que o aluno possui, e também sua situação atual em relação a educação, para se iniciar as adaptações inclusivas para esse aluno, dentro de suas necessidades, o aluno portador do transtorno do espectro do autismo deve ter mesmo com a intervenção escolar nas suas adaptações para uma melhor flexibilidade na aprendizagem, o apoio da família, que auxilia no desenvolvimento do mesmo.

Então, será preciso analisar e separar exatamente onde se encontra a dificuldade dos alunos, para que se possa haver uma profunda análise e modificações, as adaptações iniciam debaixo das necessidades do aluno, com a modificação da área física da escola para alguns alunos, no contra turno o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a presença do professor auxiliador ou de apoio no intermédio do conteúdo e no auxílio do aluno, e a capacitação complementar dos docentes em relação à inclusão.

O aluno PAEE tem todo respaldo legal, baseando seu fundamento histórico de legalidade na Declaração de Salamanca (1994), e também algumas políticas nacionais de educação inclusiva:

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadora de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso

ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa. (1989 Lei-7853/89).

Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. (Declaração de Salamanca)

Entre várias outras legislações que respaldam o direito do aluno especial a frequentar o ensino regular, sem qualquer restrição, os direitos inclusivos tem o objetivo de defender o direito dos alunos de estarem todos juntos, sem discriminação ou preconceito. O aluno deve ter todas as adaptações necessárias para que possa ter um aprendizado flexível e prático, sem adiar ou extinguir qualquer conteúdos específico a esse aluno.

A equipe escolar tem uma fundamental importância na formação da identidade inclusiva do aluno PAEE, ela se torna responsável pela aprendizagem do aluno, de forma prática, flexível, e clara, enquanto professor os objetivos e elencar o desenvolvimento e a estabilidade do aluno em sala de aula, em certos contextos como podemos ver em casos que o aluno é portador do transtorno do espectro do autismo, o professor deve assumir a posição de apoio e cautela, em situações consequentes do transtorno que o mesmo possui, sabendo lidar de forma pacífica, e cuidadosa, para que não se altere seu caso atual.

A ação do professor deve ser imediata em relação à ação do aluno, em questão da sua deficiência, o professor em situação alguma deve abandonar ou desfavorecer o aluno especial, se houver necessidades da solicitação dos pais ou de algum responsável pelo aluno PAEE, o professor da sala de aula do ensino regular presente no momento deve ficar e acompanhar o aluno até a chegada do mesmo, se possível ajudá-lo.

INCLUSÃO ESCOLAR: VINCULAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

A família tem seu importante papel no desenvolvimento do aluno PAEE, em uma forma geral ela poderá ajudar nas práticas pedagógicas de aprendizado do aluno, a escola e a família, dando ênfase aos responsáveis pelo aluno especial, devem viver em sintonia, para que possa haver por completo um aprendizado produtivo e rápido, as adaptações dos docentes e da Sala de recursos multifuncionais para este público só se dará com a intervenção da família, que poderá acompanhar em maior instância o desenvolvimento do aluno em casa, a família também tem sua grande importância na formação da identidade inclusiva do aluno PAEE.

A família cumpre um papel fundamental na vida educacional de uma criança, em questões de moral, ética, responsabilidades, e através desse papel fundamental ela será capaz

de junto com o docente influenciar o desenvolvimento, e direcionar a condições de mudanças no decorrer do percurso.

Todos nós temos importância na vida educacional dos alunos PAEE, o professor de inclusão e a chave dessa grande estratégia, para se fazer a inserção de todos.

A inclusão de alunos PAEE é um dos maiores desafios da sociedade atual, onde o direito desse aluno não é respeitado e nem respaldado por uma porcentagem da sociedade e também dos docentes de algumas escolas, o direito da inclusão levou longos anos para tomar espaço, e para se tornar direito fundamental de seus necessitados.

O princípio do ensino inclusivo consiste que todas as pessoas devem aprender juntas, não visando suas diferenças ou dificuldades, a escola deve responder a todos os ritmos de aprendizagem, levando a todos um ensino único e amplo, sempre tendo por finalidade o acompanhamento do progresso de cada aluno, e os alunos com necessidades especiais devem ser oferecidos a eles métodos que os ajudem a realizar de forma prática suas atividades cotidianas de ensino, com respeito e a inclusão podemos atender a todos os alunos, especialmente aqueles que possuem alguma deficiência.

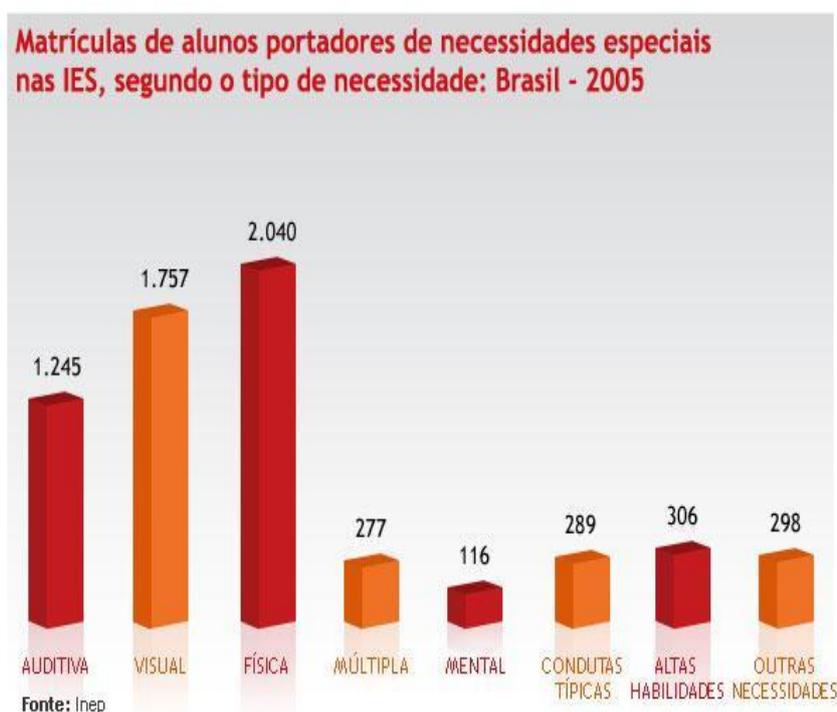
A escola não é o único meio que deve passar por adaptações para receber o público alvo da educação especial, mais a própria sociedade deverá passar por algumas adaptações, adaptação essa de recebimento desse público na área de trabalho, no reconhecimento próprio de suas capacidades, e na inserção deles na própria sociedade, a inclusão social será o principal objetivo desse público ao término do ensino regular.

As práticas pedagógicas serão o principal vínculo de flexibilidade para o aprendizado dos alunos PAEE, elas serão responsáveis pela facilidade da compreensão do conteúdo proposto pelo professor, através dessas práticas o aluno poderá ter um melhor aprendizado, a presença do professor do AEE em casos mais específicos e direito do aluno PAEE, esse professor será útil em momentos específicos das necessidades do aluno, tanto em relação ao aprendizado como também situações consequentes de sua deficiência.

O professor do AEE deve acompanhar a organização e escolarização do aluno PAEE, desde a escola até seu desenvolvimento familiar, tendo como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

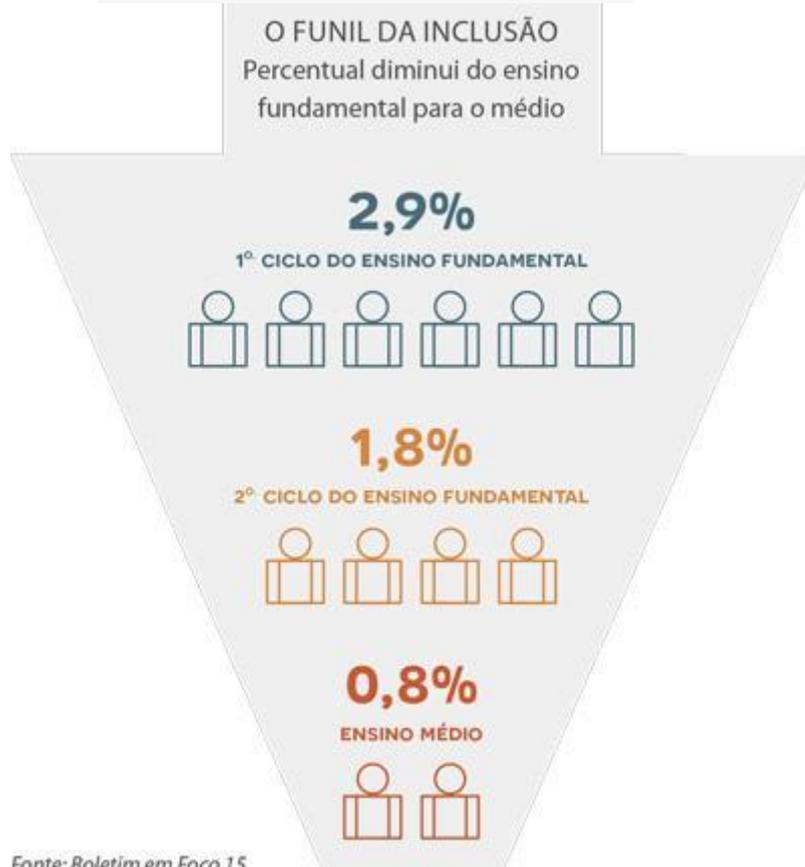
INCLUSÃO SOCIAL: OS ELOS DA SOCIEDADE

Quando se referimos à inclusão social, podemos rever divergentes conceitos que antes eram estáveis e adaptados dentro das instituições escolares, que na área do mercado de trabalho serão discutíveis, o índice elevado de indivíduos portadores de alguma deficiência dentro das escolas é enorme, e na segunda imagem vemos esse índice se diminuir até a chegada do ensino superior e a entrada do mercado de trabalho, como podemos ver nas imagens a seguir:



FONTE: INEP

O Brasil anda ainda com passos lentos em relação à inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino regular, os índices de alunos PAEE que se matriculam no ensino básico têm grandes oscilações conforme dados do MEC em diferentes anos, como em 2017, o número de matrículas desse grupo na educação básica foi de 827.243, e no ano anterior de 751.065, o índice apresenta crescimentos, incluindo assim os diferentes tipos de deficiência, como mostra a imagem acima.



Fonte: Boletim em Foco 15

FONTE: BOLETIM EM FOCO 15

Conforme a imagem acima podemos analisar a questão opositora da anterior, onde o índice de matrículas de alunos portadores de alguma deficiência diminui, podemos ver que cada vez mais se aproxima do ensino superior e da área do mercado de trabalho encontramos a ausência desses alunos, um dos principais motivos para esse fato seria a falta de oportunidades e a precariedade de algumas instituições no cumprir com a lei inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim podemos entender todo o contexto histórico e atual da educação inclusiva e dos alunos PAEE, luta essa que passou por divergentes situações no percorrer do tempo, e hoje ganha cada vez mais seu próprio espaço nas escolas e na sociedade, hoje o direito faz parte da vida social e escolar de alunos que são portadores de alguma deficiência, oportunizando a cada um o direito de um bom aprendizado, juntamente com os demais alunos do ensino regular, tendo todo respaldo pela política da educação inclusiva, incluído a presença de práticas e métodos que flexibilizam o aprendizado e o conhecimento amplo de todos.

Percebemos a importância da família no desenvolvimento educacional e social do público alvo da educação especial, e também a importância da própria sociedade na construção de uma geração inclusiva na área do mercado de trabalho, enfatizamos a utilidade de práticas pedagógicas e da educação com o uso das tecnologias que são responsáveis para facilitar e auxiliar na exemplificação dos conteúdos que serão propostos pelo professor da sala regular.

A capacitação complementar dos professores na educação inclusiva e fundamental como vimos, pois possibilita a ele uma melhor interação entre os alunos PAEE, percebemos também as adaptações necessárias que a escola deve passar para receber e oportunizar a educação a esses alunos, adaptações essas que iniciam na estrutura física a capacitação docente, a escola inclusiva se torna uma escola adapta para todo público.

REFERÊNCIAS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: 20 de Setembro de 2018.

RODRIGO GALINDO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA /Tatiana dos Santos, Regiane da Silva Barbosa.- 1 ed.-Londrina: Contexto, 2016. Acesso em: 20 de Setembro de 2018.

DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acesso em: 20 de Setembro de 2018.

AUMENTO INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, MAS ESCOLAS NÃO TEM ESTRUTURA PARA RECEBÊ-LOS. Disponível em: <<http://www.google.com.br/amp/s/oglobo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-receber-los-22348736%versao=amp>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2018.